



**Edição nº 607 – 05/11/2019**  
(Período 29 de outubro a 5 de novembro de 2019)

## **1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Resolução nº 649/2019 - Presidência - republicação** - torna públicas as tabelas de cargos em comissão e de funções comissionadas do Quadro de Pessoal do Supremo Tribunal Federal.

**Portaria Conjunta nº 5/2019 - Presidência** - prorroga, por mais trinta dias, o prazo previsto para a conclusão dos trabalhos da Equipe de Auditoria designada pela **Portaria Conjunta 1, de 31 de julho de 2019**, que determinou a realização de auditoria na Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

**Edital de abertura – Presidência** – O Presidente do Supremo Tribunal Federal comunica que estão abertas as inscrições para membro do Conselho Nacional do Ministério Público em vaga cujo mandato atual se encerrará no dia 14 de maio de 2020, de indicação prevista no art. 130-A, inc. IV, da **Constituição da República** – **em anexo.**

### **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Resolução nº 845/2019 - Presidência do TRE/PR** - dispõe sobre o Programa de Integridade da Justiça Eleitoral do Paraná.

**Portaria nº 836/2019 - Direção-Geral** – institui grupo de trabalho para realizar estudos sobre a otimização da utilização da urna eletrônica.

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**Portaria nº 45/2019 – Corregedoria Nacional** - altera o Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça - **em anexo.**

**Resolução nº 286/2019 – Presidência** - altera a [Resolução CNJ nº 235, de 13 de julho de 2016](#), que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 \(Código de Processo Civil\)](#), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais Federais, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências - **em anexo.**

**Resolução nº 287/2019 – Presidência** - estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário - **em anexo.**

**Resolução nº 288/2019 – Presidência** - define a política institucional do Poder Judiciário para a promoção da aplicação de alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade - **em anexo.**

**Resolução nº 291 /2019 – Presidência** - consolida as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências - **em anexo.**

**Resolução nº 292/2019 – Presidência** - dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário - **em anexo.**

**Resolução nº 293/2019 – Presidência** - dispõe sobre as férias da magistratura nacional - **em anexo.**

**Resolução nº 295/2019 – Presidência** - dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes - **em anexo.**

**Resolução nº 296/2019 – Presidência** - cria e revoga Comissões Permanentes no âmbito do Conselho Nacional de Justiça - **em anexo.**

**Recomendação nº 56/2019 - Presidência** - recomenda aos Tribunais de Justiça que promovam a especialização de varas e a criação de câmaras ou turmas especializadas em falência, recuperação empresarial e outras matérias de Direito Empresarial - **em anexo.**

**Recomendação nº 57/2019 - Presidência** - recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação

empresarial a adoção de procedimentos prévios ao exame do feito, e dá outras providências - **em anexo**.

**Recomendação nº 58/2019 - Presidência** - recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial e falências, de varas especializadas ou não, que promovam, sempre que possível, o uso da mediação - **em anexo**.

**Recomendação nº 43/2019 – Corregedoria** - dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes - **em anexo**.

**Procedimento de Competência de Comissão - 0009486-09.2018.2.00.0000** - comissão de eficiência operacional e gestão de pessoas. Alteração da [Resolução CNJ nº 227/2016](#). Teletrabalho. Proposta de alteração aprovada. 1. Alteração da [Resolução CNJ nº 227/2016](#) que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário. 2. Permissão de exercício do teletrabalho no exterior ou em local diverso de sua sede de jurisdição do tribunal, bem como outras alterações do texto da [Resolução CNJ nº 227/2016](#), com o fim de incentivar e melhorar o regime de teletrabalho. 3. Proposta de alteração aprovada - **acórdão em anexo**.

## **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**Resolução nº 562/2019 - Presidência** - dispõe sobre a revogação de dispositivo da Resolução CJF n. 211, de 29 de outubro de 2012; a alteração da Resolução CJF n. 224, de 26 de dezembro de 2012; a alteração da Resolução CJF n. 490, de 28 de junho de 2018; a alteração da Resolução CJF n. 85, de 11 de dezembro de 2009; a revogação da Resolução CJF n. 352, de 16 de janeiro de 2004; a alteração da Resolução CJF n. 206, de 2 de dezembro de 1998; a alteração da Resolução n. CJF n. 401, de 8 de novembro de 2004 *(que tratam do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal)*.

**Resolução nº 594/2019 - Presidência** - dispõe sobre o cálculo de parcelas remuneratórias proporcionais, alterando a [Resolução CJF nº 4, de 14 de março de 2008](#), e a [Resolução CJF nº 3, de 10 de março de 2008](#).

**Resolução nº 595/2019 - Presidência** - dispõe sobre a alteração da [Resolução CJF nº 141, de 28 de fevereiro de 2011](#) *(que regulamenta a averbação de tempo de serviço dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus)*.

## **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**Portaria nº 1.173/2019 – Direção-Geral** – altera a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional no âmbito do TRF da 4ª Região - **em anexo**.

**Portaria nº 1.174/2019 – Direção-Geral** – altera a comissão para examinar os casos especiais, duvidosos e omissos referentes à averbação de cursos de pós-

graduação e ações de treinamento para fins da concessão de adicional de qualificação no âmbito do TRF 4ª Região - **em anexo.**

**Portaria nº 1.179/2019 – Corregedoria Regional** – institui o Programa de Mentoria a Magistradas no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região - **em anexo.**

**Portaria nº 1.195/2019 – Direção-Geral** – dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - **em anexo.**

**Portaria nº 1.197/2019 - Presidência** - publica a limitação de empenho e movimentação financeira da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, conforme o Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2019 - **em anexo.**

**Ato nº 597/2019 – Coordenadoria do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos/Sistema de Conciliação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região** - designa a Juíza Federal Substituta **Giovanna Mayer**, da 5ª Vara Federal de Curitiba, para integrar o Sistema de Conciliação na função de 1ª Coordenadora Regional Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCON, junto à Subseção Judiciária de Curitiba/SJPR, a partir de 28 de outubro de 2019, sem prejuízo da jurisdição na Vara de origem, e o Juiz Federal Substituto **Érico Sanches Ferreira dos Santos**, da 8ª Vara Federal de Curitiba, para integrar o Sistema de Conciliação na função de Coordenador Adjunto da Central de Perícias e Conciliação - CPCON, junto à Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, a partir de 28 de outubro de 2019, sem prejuízo da jurisdição na Vara de origem - **em anexo.**

## **2. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**

**Resolução nº 107/2019 - Conselho Superior do Ministério Público Militar** - dispõe sobre as normas que regulamentam o concurso público para o ingresso na carreira do Ministério Público Militar.

**Resolução nº 170/2019 - Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho** - altera a **Resolução CSMPT nº 143, de 27 de abril de 2017**, que estabelece normas sobre o concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Trabalho.

## **3. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**Portaria nº 351/2019 - Presidência** - delega competência ao Secretário do TCU no Estado do Paraná para assinar o Acordo de Cooperação Técnica com diversos órgãos públicos e entidades, no Estado do Paraná, para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização,

combate à corrupção, controle social e para interação das redes, nos âmbitos estadual e federal.

#### **4. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO**

[Lei nº 13.894/2019](#) - altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 \(Lei Maria da Penha\)](#), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 \(Código de Processo Civil\)](#), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

[Lei nº 13.895/2019](#) – institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética.

[Lei nº 13.896/2019](#) – altera a [Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012](#), para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica.

[Decreto Legislativo nº 62/2019](#) – aprova o texto do Acordo de Cooperação Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Serviço Europeu de Polícia, celebrado em Haia, Países Baixos, em 11 de abril de 2017.

[Resolução nº 26/2019 - Senado Federal](#) - autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### **5. PODER EXECUTIVO FEDERAL**

##### **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

[Decreto de 29 de outubro de 2019](#) - nomeia **Mário Augusto Figueiredo De Lacerda Guerreiro**, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

[Resolução nº 9/2019 - Comitê Federal de Assistência Emergencial](#) - dispõe sobre os objetivos específicos e o funcionamento do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; do Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; do Subcomitê

Federal para Interiorização; e do Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes.

**Resolução nº 10/2019 - Comitê Federal de Assistência Emergencial** - institui o Sistema Acolhedor como cadastro oficial da Operação Acolhida e base de dados oficial para interiorização nas modalidades trabalho, reunificação familiar e reunião social.

**Resolução nº 11/2019 - Comitê Federal de Assistência Emergencial** - indica o coordenador operacional para atuar no Estado de Roraima e no Município de Manaus, em decorrência de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

**Instrução Normativa nº 7/2019 - Casa Civil** - altera os itens 6.4 e 6.5.7 do **DOC-ICP-17.01**, que tratam dos requisitos para serviços de confiança de uso de chaves privadas e da Lista de Prestador de Serviço de Confiança.

## **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

**Instrução Normativa nº 53/2019 - Gabinete da Ministra** - altera a **Portaria Interministerial nº 59-A, de 9 de novembro de 2018**, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente, que define as medidas, os critérios e os padrões para a pesca de cardume associado e para outros aspectos da pesca de atuns e afins no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas águas internacionais por embarcações de pesca brasileiras.

**Instrução Normativa nº 54/2019 - Gabinete da Ministra** - estabelece o período de defeso e define as regras para o desembarque, o transporte, o armazenamento, a comercialização e o beneficiamento das espécies de lagosta vermelha (*Panulirus argus*), verde (*Panulirus laevicauda*), pintada (*Panulirus echinatus*) e sapateiras (*Scyllarides brasiliensis*, *Scyllarides delfosi*, *Scyllarides aequinoctialis* e *Scyllarides deceptor*) nas águas jurisdicionais brasileiras.

**Instrução Normativa nº 56/2019 - Gabinete da Ministra** - estabelece, no âmbito da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA, os critérios e requisitos para o credenciamento de organismos certificadores para verificação de conformidade das condições higiênico-sanitárias de embarcações pesqueiras.

**Instrução Normativa nº 57/2019 - Gabinete da Ministra** - estabelece os critérios de Controle Oficial de Conformidade das Condições Higiênico-Sanitárias de Embarcações Pesqueiras, que fornecem matériaprima para o processamento industrial de produtos da pesca destinados à União Europeia.



## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

**Portaria nº 1.919/2019 - Gabinete do Ministro** - dispõe sobre os procedimentos para acompanhamento da execução, análise das prestações de contas e instauração de Tomada de Contas Especial dos convênios e instrumentos congêneres sob responsabilidade do Ministério da Cidadania.

**Portaria nº 316/2019 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** – estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Iphan.

**Portaria nº 317/2019 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** - estabelece diretrizes a serem observadas pelo Iphan para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia mencionadas na **Lei nº 13.653/2018**.

**Portaria nº 41/2019 - Fundação Biblioteca Nacional** - torna público o resultado do Prêmio Literário da Biblioteca Nacional de 2019.

## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

**Portaria Interministerial nº 5.278/2019 - Gabinete do Ministro e Casa Civil** - aprova as normas complementares que disciplinam o processo de escolha e indicação dos representantes da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr, para o processo eleitoral de 2019.

**Portaria nº 5.918/2019 - Gabinete do Ministro** - dispõe sobre o apoio institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC às entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam, ou pretendam atuar, como organizações gestoras de fundos patrimoniais de ciência, tecnologia e inovação - CT&I.

**Portaria nº 113/2019 - Laboratório Nacional de Computação Científica** - disciplina o relacionamento entre o Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC e as Fundações de Apoio a que se refere o art. 1º da **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**, observando o disposto na **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**, referentes aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e à concessão de bolsas, de acordo com a legislação vigente.

**Portaria nº 114/2019 - Laboratório Nacional de Computação Científica** – estabelece regras para os novos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**Resolução nº 716/2019 - Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)** - aprova o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil (PDFF).

## MINISTÉRIO DA DEFESA

**Portaria nº 4.318/2019 - Gabinete do Ministro** - aprova a Diretriz Ministerial nº 17/2019, que regula o emprego das Forças Armadas, sob a coordenação deste Ministério, na Operação "Amazônia Azul", para ações subsidiárias, na costa nordestina brasileira, no intuito de cooperar com os órgãos ambientais, diante do aparecimento de manchas de óleo.

**Portaria nº 1.911/2019 - Comando da Aeronáutica** - fixa os novos valores para as Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota para Voos Domésticos (TAN) e dá outras providências.

**Portaria nº 1.729/2019 - Comando do Exército** - aprova as Normas Reguladoras dos procedimentos administrativos relativos ao comércio exterior de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) no âmbito do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (EB10-N-03.002), 1ª Edição, 2019 e dá outras providências.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

**Portaria nº 8.304/2019 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional** - constitui Grupo de Trabalho para propor a regulamentação da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na "Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica", prevista no Capítulo III da **Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019**.

**Portaria nº 8.061/2019 - Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria** - autoriza a Caixa Econômica Federal a promover ajuste nos preços de apostas, que especifica, e dá outras providências.

**Portaria nº 1.195/2019 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - republicação** - disciplina o registro de empregados e a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social em meio eletrônico, e dá outras providências.

**Portaria nº 35/2019 - Secretaria da Previdência** - abre processo de consulta pública para apresentação de sugestões ao conteúdo da minuta de portaria que dispõe sobre os parâmetros gerais para o atendimento aos requisitos mínimos previstos no art. 8º-B da **Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998** *(a serem observados para nomeação ou permanência dos dirigentes da unidade gestora, dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal, dos membros do comitê de investimentos e do responsável pela aplicação dos recursos dos RPPS da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios)*.

**Resolução nº 1/2019 - Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade** - aprova o Regimento Interno do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.

**Resolução nº 707/2019 - INSS** - especifica os procedimentos para a comprovação de vida pelos beneficiários que residem no exterior.



[\*\*Carta-Circular nº 3.982/2019 - Banco Central do Brasil\*\*](#) – dispõe sobre o cadastramento das pessoas jurídicas não financeiras e dos fundos de investimentos pertencentes a conglomerados prudenciais no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central - Unicad.

[\*\*Instrução Normativa nº 1.913/2019 - Secretaria da Receita Federal\*\*](#) - altera a [\*\*Instrução Normativa SRF nº 300, de 14 de fevereiro de 2003\*\*](#), que disciplina a saída temporária de mercadorias da Zona Franca de Manaus, das Áreas de Livre Comércio e da Amazônia Ocidental.

[\*\*Instrução nº 108/2019 - Superintendência de Seguros Privados \(Susep\)\*\*](#) - institui procedimento para apuração e eventual desconto de abate-teto pelos servidores ou empregados públicos ocupantes de funções em supervisionadas em regimes especiais.

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

[\*\*Portaria nº 1.773/2019 - Gabinete do Ministro - republicação\*\*](#) - dispõe sobre as diretrizes para formação do cadastro do Sistema Educacional Brasileiro - SEB e a expedição da Carteira de Identificação Estudantil - CIE, de que tratam os arts. 1º-A e 1º-B da [\*\*Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013\*\*](#).

[\*\*Portaria nº 900/2019 - Inep\*\*](#) - recria a Comissão Assessora em Educação Especial e Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica, instituída pela Portaria nº 438, de 9 de setembro de 2014 e extinta pelo [\*\*Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019\*\*](#).

## **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**

[\*\*Portaria nº 3.220/2019 - Superintendência de Padrões Operacionais e Aeronavegabilidade\*\*](#) - estabelece procedimentos mínimos a serem observados no uso e fiscalização dos sistemas informatizados para registro e guarda de informações relativas ao voo e à situação técnica de aeronave doravante denominado diário de bordo eletrônico - eDB.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

[\*\*Resolução Administrativa nº 2/2019 - Conselho Nacional de Imigração\*\*](#) - altera a [\*\*Resolução Administrativa nº 01, de 14 de agosto de 2018\*\*](#), que disciplina os procedimentos administrativos para o processamento de pedidos efetuados junto ao Conselho Nacional de Imigração.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

[Resolução nº 620/2019 - Conselho Nacional de Saúde](#) - cria a "Câmara Técnica de Estudos Integrados do Controle e Participação Social na Saúde" (CTEICPS/CNS), com o objetivo de produzir, fomentar e acompanhar pesquisas, estudos e investigações que tenham por tema a participação social nos processos organizativos do controle social na saúde, como a atuação dos conselhos de saúde e a realização das conferências de saúde, em dimensões que permitam sistematizar evidências da relevância e da abrangência do processo participativo nos espaços e atividades que os compõem e o seu fortalecimento.

## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

[Portaria nº 403/2019 - Gabinete do Ministro](#) - institui o Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico no âmbito do Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de viabilizar a efetiva execução do plano de ação de que trata o art. 5º, § 4º, da [Portaria MME nº 187, de 4 de abril de 2019](#), bem como propor possíveis medidas complementares que se façam necessárias, de modo a promover as melhores soluções para a modernização setorial, em consonância com os princípios da governança pública, estabilidade jurídico-regulatória e previsibilidade.

## MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

[Portaria nº 547/2019 - ICMBio - retificação](#) – atualiza a tabela de cobrança de ingressos de acesso às unidades de conservação federais.

[Portaria nº 647/2019 - ICMBio](#) - atualiza e aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal - PAN Manguezal, contemplando 20 táxons ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, espécies contempladas, prazo de execução, formas de implementação, supervisão, revisão; e institui o Grupo de Assessoramento Técnico.

[Portaria nº 651/2019 - ICMBio](#) - institui a Comissão Permanente de Compensação Ambiental - CPCAM.

## 6. CONSELHOS PROFISSIONAIS

### CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

[Resolução nº 2.020/2019](#) – modifica as regras para as atividades de arbitragem e mediação previstas na Consolidação da Legislação da Profissão de Economista.

## CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

[Resolução nº 923/2019](#) - dispõe sobre a regulamentação do registro dos esclarecimentos, depoimentos das partes e testemunhas, por meio de mídia digital no âmbito dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Serviço Social - Cress e Cfess.

[Voltar ao topo](#)